



FRIO INDUSTRIAL
E
METALOMECAÂNICA

Estrada velha da Matola Talhão
n.º 3 parcela 728 Tel 450-427/8 Maputo

mediaFAX

Maputo • segunda-feira 05.07.93 • N.º 128/93

ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE



UM NOVO SISTEMA
DE
FACTURAÇÃO E COBRANÇA

UM ESFORÇO
PARA O SERVIR
MELHOR

De segunda a sexta, um diário no seu fax • Propriedade e edição: mediacoop • jornalistas associados, scri
Editor: Carlos Cardoso • Sede: Av. Mártires da Machava, n.º 1002 - C.P. 73 • Maputo • Moçambique
Tifs 4 90906, 743952 • Faxes 490063 / 490906 • Tlx 6-233 • Rep. Beira, Tlf 325175 • Fax 302200 • Rep. Lisboa, Tlf 8581288 • Fax 8586773

Assinaturas mensais - ordinária: 75.000,00 MT • institucional: 150.000,00 MT ou 50 USD • de apoio: 400.000,00 MT ou 100 USD

Chissano/Dhlakama UM ENCONTRO DECISIVO

A.1.4

1-128/93 (Maputo) O próximo encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama poderá vir a ser decisivo para o processo de paz.

As coisas estão a complicar-se.

Já com a Renamo em Maputo a dizer que os presos de Salamanga seriam libertados, vem uma contra-ordem de Maringuê a dizer que eles devem continuar detidos.

O que significa uma **desautorização tão pública de Vicente Ululu?** O SG da Renamo é uma figura irrelevante na hierarquia do movimento, tratou-se tudo, apenas, de desorganização e falta de comunicação entre a Sekou Touré e Maringuê ou estaremos perante duas alas dentro da Renamo, uma militar e outra política? Vai a Renamo a caminho de adoptar uma tática de tomada de reféns para pressionar o seu acesso a uma situação financeira mais folgada?

Ao mesmo tempo, as informações não oficiais, saídas da Comissão de Cessar Fogo, são de que os representantes da Renamo estão lá mas sem qualquer autoridade real. Tudo o que ali discutem tem de ser remetido ao escalão mais alto da Renamo, dando a impressão de que o movimento está propositalmente a arrastar os pés para ganhar tempo.

Por seu turno, o governo não dá qualquer indicação séria de querer acomodar minimamente os seus adversários políticos. O exemplo mais recente foi a farsa das instalações que o governo "arranjou" para os partidos emergentes... a 10 USD o m2.

NOVIDADES

A 1 deste mês, o Conselho Nacional da Renamo emitiu um extenso comunicado no qual acusa "os grandes senhores da Frelimo" de estarem a manobrar no sentido de criarem "situações de desconfiança" entre o governo e a Renamo. As "manobras", diz o comunicado, incluem ameaças a membros da Renamo, seu despedimento das empresas ou transferência para locais remotos, e espancamento. O comunicado acusa especificamente o 1.º secretário provincial da Frelimo em Nampula, Eduardo Nihia, de recentemente ter ameaçado de morte "todos os elementos da população" portadores de um cartão de membro da Renamo.

Outras acusações: "a Frelimo já usou 90 milhões USD" em acções partidárias desde Outubro/92, a concessão de negócios "apenas aos membros da Frelimo e/ou aos cunhados, primos e

sobrinhos", e concessão de maiores facilidades aos empresários estrangeiros do que aos nacionais. "Todos os sectores-chave da economia estão a ser entregues aos membros do partido Frelimo e aos estrangeiros mas, a estes últimos, apenas como cobertura porque os lucros destas empresas na prática são para o Partido Frelimo", afirma o comunicado, sem apresentar quaisquer provas destas acusações.

Por seu turno, o partido no poder acaba de fazer à Renamo, também sem apresentação pública de provas concludentes, a acusação de que este movimento está a perseguir populações que recebam apoio do DPCCN. E, no respeitante ao caso Salamanga, o governo ainda há dias acusou a Renamo de ter ocupado a arca em causa após a assinatura do acordo de paz. Há, portanto, muita matéria a requerer da ONUMOZ a iniciativa de investigação que tomou ao ir a Salamanga.

Duas novidades nisto tudo: **a conclusão do comunicado da Renamo não tem um tom ameaçador - diz que Dhlakama tem mandato para "trabalhar com a Frelimo" de modo a que os outros partidos possam desenvolver as suas actividades "sem intimidação por parte da cúpula do partido Frelimo"; e todo ele é contra "a cúpula da Frelimo" e não contra os militantes, podendo subentender-se que a Renamo tenciona "namorar" o voto dos actuais simpatizantes da Frelimo.**

PROPOSTA DE QUE DHLAKAMA NÃO SE CANDIDATE

Este comunicado tem, também, indícios de que a direcção da Renamo começa a aceitar a proposta do PCN de se estabelecer uma diferença entre a implementação do acordo de paz e o processo de democratização. Com sensações idênticas ficaram os membros da oposição não armada que no fim de semana foram a Maringuê, disseram-nos dois dos presentes.

Haverá nova reunião - após a cimeira Chissano/Dhlakama confirmada para o próximo dia 17- para arranjar mecanismos que tornem palpável o envolvimento dos partidos e sociedade civil na "democratização do país", disseram-nos as nossas fontes.

COMÉRCIO
INVESTIMENTOS
PARTICIPAÇÕES

SEDE: Av. Samora Machel, 285 / 1.º andar • Tlf: 430171/5 • Fax: 428484 • Tlx: 6-387 ENEXP MO
C.P. 698 • Telegramas: ENACOMO • Maputo • DELEGAÇÕES: Beira • Quelimane • Nacala

Enacomo

★ NOS SUPER 26 - A MANIA DE ATENDER BEM ★

Foram dois os encontros em Maringué: o primeiro entre Estado Maior do PCN (Mabunda, Simango, Guimarães e Chire), com Raul Domingos e José de Castro; o segundo, entre estes, acrescidos de representantes dos 11 (Nhamitambo do Sol, Palange do Palmo, Pillal do Pademo e Matique do PPPM).

Os porta-vozes que contactámos não quiseram adiantar pormenores. Mas sabemos, de fonte fidedigna, que uma das ideias já posta à consideração da Renamo, por alguns sectores da oposição não armada, é a de Dhlakama não se candidatar à presidência, deixando o terreno livre para um candidato de consenso da oposição, liberto de quaisquer ligações com a guerra, uma sugestão que a Renamo tem recebido também de fontes estrangeiras.

FORUM

Um factor que ameaça a secundarização dos moçambicanos nas decisões sobre o futuro do país é este: neste momento não há nenhum forum nacional de discussão democrática regular entre o governo e a oposição.

Os partidos não armados reúnem-se uma vez por semana, aguardando eles que a Frelimo e a Renamo respondam à proposta - formulada pelo PCN - de realização de uma multi-partidária. Por outro lado, as comissões do acordo de paz não dão uma imagem de vitalidade, e envolvem apenas os dois signatários do acordo e a comunidade internacional. Quanto à promessa do Dr Mário Machungo de reuniões regulares entre o governo e os sectores económicos, promessa essa feita no início de 1990, ela está por cumprir.

MULTI-PARTIDARISMO

Neste momento há sinais contraditórios sobre os passos seguintes da oposição não armada: uns parecem sugerir que a oposição acuse o governo de falta de seriedade no tratamento da questão instalações pelo que não dá garantias de seriedade na discussão do ante-projecto de lei eleitoral, e volte a condicionar a sua participação no debate da lei eleitoral a todas as suas exigências anteriores, incluindo a criação de um governo de transição. Outros sinais indicam - caso da Fumo - que a oposição talvez surpreenda tudo e todos, pondo de lado as suas exigências de instalações, exigência essa mal vista em vastos sectores de um eleitorado extremamente pobre.

Naquilo que nos toca, parece-hos que tal decisão granjearia rapidamente prestígio a uma oposição civil que começou com uma enorme fragilidade, pois deu a imagem de uma corrida tresfocada ao poder.

O multi-partidarismo em Moçambique não teve nenhum movimento de massas na sua origem, até porque a Renamo também vem de uma prática de mono-partidarismo, reivindicando para si um tratamento de partido-Estado.

Mas as últimas sondagens num dos principais redutos do apoio à Frelimo - Maputo - deram uma margem de 34% de indecisos no eleitorado. Há portanto campo que chegue para os partidos de oposição crescerem pelos seus próprios meios, sem caírem numa tutela estatal manipulada pelo partido no poder - a Frelimo hoje, outro qualquer amanhã.

É cedo demais para se concluir se o país vai ter um multi-partidarismo de fachada e parasitário, alimentado através do OGE e de financiamentos de fora, ou se teremos um sistema multi-partidário com partidos financiados a partir de sectores

específicos dentro do país.

Mas já não é cedo demais para concluir que a oposição não armada atrai hoje cada vez mais a curiosidade dos eleitores.

Perante um governo com letreiro à porta mas sem ninguém lá dentro, e uma Renamo que quer, da noite para o dia, a paridade financeira com a Frelimo, as simpatias do eleitorado poderão, muito provavelmente, começar a virar-se para outras bandas. É também contra este pano de fundo de considerando partidários que Chissano e Dhlakama se reunirão.

Se as coisas correm mal e a Renamo reiniciar os tiros, o mais provável é que a comunidade internacional não lhe dê a margem de folga que a Unita teve. A ONUMOZ será chamada a agir militarmente contra a Renamo. Haverá, sem dúvida, quem aplauda, mas isso seria apenas o primeiro passo para um crescente ataque estrangeiro aos moçambicanos (vide Somalia). Por outro lado, milhares de recentes simpatizantes da Renamo em áreas controladas pelo governo - que nada têm a ver com o passado do movimento - seriam pura e simplesmente massacrados, acontecendo o mesmo a simpatizantes da Frelimo nas áreas sob controle da Renamo. E o país passaria, finalmente, a ter uma guerra civil.

Na sua visita a Manica este ano, o Presidente da República pareceu fazer uma crítica velada à omnipresença da comunidade internacional no processo moçambicano, dizendo que os moçambicanos saberiam fazer a paz entre si. No dia 17 saberemos até onde vai essa capacidade.

(Carlos Cardoso e Lourenço Jossias)

CARTA

2-128/93 (Maputo) Na sequência do "divórcio litigioso" entre o sr Campira e o PCN, e pela importância de que se reveste o assunto, aliado ao nascimento de mais uma formação política no país (o PACODE, Partido do Congresso Democrático), solicito a publicação desta carta.

Irmãos do PACODE: as circunstâncias ditaram a separação natural do «trigo do joio». Assim, crescerão cada um segundo as suas habilidades. As "barrigas", com justiça saberão distinguir o digerível do não digerível.

Os homens não serão julgados em função do seu tamanho ou idade. Serão julgados pela sua maturidade e capacidade que detêm de gerir suas diferenças dentro do quadro jurídico estabelecido colectivamente. É preciso ser-se "mestre", saber sobrepor os interesses colectivos aos interesses pessoais. Ai sim!... os juizes distinguirão os políticos em duas categorias:

- políticos por amor à Pátria, e
- políticos por inerência.

Irmãos, Maringué não é a meta.

No interesse da paz e concórdia, o PCN continuará a escalar Maringué, Sommerschild, Mapai, Lisboa, Washington, Windhoek, Roma, Harare, Mbabane, Assembleia da República, etc... porque a meta é a harmonia social, razão da nossa existência.

Avante Pacode. Os homens são a medida de todas as coisas. Parabéns.

Um membro do PCN

PUBLIFACTOS Centro de Estudos Brasileiros/Portuguese for Foreigners/call 420899 ||||| Dumbanengue de objectos e obras de arte / Associação Moçambicana de Fotografia de 1-9/7/93

o acesso ao crédito por parte dos produtores de alimentos?

- terceiro, a terra é um factor fundamental na estabilidade do produtor; está garantido o acesso à terra com o retorno das populações aos seus locais de origem?
- os múltiplos conflitos existentes sobre a terra serão solucionados com justiça e considerando os direitos consuetudinários e o papel dos poderes tradicionais?
- quarto, é possível ao Estado oferecer assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, conhecimentos e resultados de investigação para o aumento da produtividade se a sua implantação ao nível local está cada vez mais debilitada?

- está o sector privado em condições de substituir o Estado em todas estas actividades?

Além destes aspectos, é importante considerar os efeitos de certas práticas geralmente verificadas nos países em desenvolvimento e em crise: por exemplo:

- nas condições de crise é frequente mobilizar a população para a recuperação das infraestruturas sem pagamento pelo trabalho realizado (ou com um pagamento simbólico), o que reprime a renda e retrai a procura e o crescimento da economia.

Numa fase inicial e em consequência da desarticulação do mercado, a população possui muito pouca moeda para as trocas com produtos manufacturados, estabelecendo-se o sistema "barter" geralmente com relações de troca muito desfavoráveis para o meio rural.

RESTRICÇÕES

A crise e o ajustamento estrutural impõem restrições orçamentais ao Estado, o que reduz a capacidade para restabelecer os serviços públicos; a agravar, são geralmente priorizados programas de reabilitação através de grandes projectos com limitado número de beneficiários directos e maioritariamente concentrados nos centros urbanos.

As medidas de reabilitação económica favorecem os sectores mais intensivos em capital (o chamado "sector moderno"), quando os recursos nacionais são secundarizados, principalmente a utilização da força de trabalho.

Estes são apenas alguns dos aspectos que necessitam ser considerados na tomada de decisões que conduzam o país a uma recuperação económica estável e sustentável.

Existem estudos e conhecimento que garantam a tomada correcta de medidas e a previsão dos seus efeitos ou, ao contrário, as medidas são tomadas por tanteio e de forma ideologizada?

As medidas do PRE garantem a legitimidade e a transparência do poder?

As medidas económicas garantem a recuperação da produção alimentar e o aumento da renda dos pequenos produtores?

A economia está numa recuperação real depois de 1987?

Não existem respostas definitivas à estas perguntas. Porém, o comportamento de um conjunto de indicadores permite, pelo menos, duvidar da recuperação económica referida pelo governo.

** economista; dirigiu durante vários anos a Unidade de Direcção Agrária do Chókwè; está a doutorar-se em Espanha.*

UNAMO TAMBÉM REJEITA

3-13/93 (Maputo) A Unamo, o primeiro partido de oposição a registar-se após a aprovação da Constituição de 90, também rejeita as instalações sugeridas pelo governo no prédio Cardoso.

O PCN e o PPPM já anteriormente haviam rejeitado instalações no mesmo edifício.

Num comunicado emitido ontem, a Unamo diz que "não tem cabimento" o governo anunciar aos órgãos de informação "a atribuição" de instalações aos partidos políticos com uma renda mensal de 325 dólares, e que as instalações, são demasiado pequenas para sede de um partido - 32,5 m².

"Passaram-se cerca de três meses que o governo vinha anunciando o empenho de esforços para localização de «casas». A Unamo considera esta atitude do governo como falta de seriedade e interesse no processo de democratização do país".

(da redacção)

editorial A.4.4

A VEZ DOS CIVIS

4-13/93 (Maputo) É preciso acomodar o mais rapidamente possível a Renamo no aparelho de administração territorial tal como determina o acordo de paz.

Há que nomear os administradores para as áreas sob controle da Renamo, há que começar a pagar-lhes salários, há que lhes dar a autoridade para, em conjunto com os outros administradores, se voltar a encarar os distritos como entidades coerentes num todo indivisível, Moçambique.

A reivindicação de dualidade administrativa que a Renamo faz está a exacerbar os ânimos entre muitos sectores que já assimilaram culturalmente a unicidade territorial do país. Do ponto de vista do interesse nacional, não nos parece que tal reivindicação tenha qualquer sentido, independentemente dos buracos que possa haver no acordo de Roma.

Cair numa discussão jurídica em torno do acordo é entrar de cabeça num debate falso.

Ou a Renamo aceita assumir as responsabilidades de uma força que luta pela condução governativa do todo nacional ou vai provocar a imagem de que ela quer partir o país em pedaços territoriais com autonomia administrativa.

Vejamos o problema por este ângulo: o empresariado nacional está numa fase crucial da sua existência como força potencialmente motora do desenvolvimento. Está quase a conseguir uma revisão profunda da política fiscal. Mas agora tem que enfrentar um potencial agravamento fiscal - e burocrático - imposto pela Renamo. Até onde irá a lógica da dualidade administrativa?

Governo e Renamo vão acabar por matar o empresariado nacional, impondo-lhe uma dependência endémica em relação ao capital estrangeiro; o governo com a sua política de colecta fiscal na vertical - cada vez menos pagam cada vez mais impostos; e a Renamo com a sua ânsia de enriquecimento rápido - ainda por cima sem quaisquer obrigações de governação nacional.

Nos últimos 12/13 anos, os militares da África Austral, desde a logística das FAM até ao Estado Maior General das SADF, passando por Maringuè, provaram que não conseguem tomar conta da sociedade civil; no caso das FAM, por exemplo, nem de si próprios conseguiram tomar conta. Chegou a altura de deixarem que os civis tomem conta deles.